

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR
(ORGANIZADORES)



DIÁLOGO E DEBATES SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Atena
Editora

Ano 2020

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR
(ORGANIZADORES)



DIÁLOGO E DEBATES
SOBRE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D536 Diálogo e debates sobre administração pública no Brasil [recurso eletrônico] / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Júlio Cândido de Meirelles Júnior. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-23-2
 DOI 10.22533/at.ed.232200303

1. Administração pública. 2. Gestão da qualidade total.
 I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Meirelles Júnior, Júlio Cândido de.

CDD 352.357

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As pesquisas no campo da Administração Pública se encontram em franco crescimento no Brasil. Isso porque, nos últimos anos, tem sido feito um grande esforço nacional para a qualificação do quadro funcional atuante na gestão do Estado brasileiro nas mais variadas instâncias administrativas.

O aprimoramento do pessoal da administração pública é uma urgência para potencialização dos serviços prestados pelo Estado, gerando, assim, melhores e mais eficientes resultados para o país. Pensando nisso, o MEC criou o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) com um curso de bacharelado e especializações em nível de pós-graduação *Lato Sensu* (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) para aprimorar a formação dos servidores públicos.

Para estruturação desse grande projeto, o MEC contou com a colaboração da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), de outros Ministérios e de instituições públicas de ensino superior, que desenvolveram um grande programa para ser aplicado no território nacional, atendendo a demandas regionais. Com a gradativa ampliação da oferta de vagas em cursos de graduação e de pós-graduação, os resultados começaram a aparecer seja no aprimoramento do quadro de pessoal, seja nos conhecimentos produzidos acerca do funcionamento da administração pública no Brasil. Pode-se destacar como um importante reflexo dessa empreitada a organização da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), fundada em 2013 durante o I Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP). Desde então, a SBAP busca promover e valorizar o conhecimento técnico e científico na área congregando pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam ao tema. Trabalhando para construir uma representatividade institucional nos âmbitos nacional e internacional, a SBAP mantém uma regularidade na realização de eventos.

Neste sentido, o livro ***Diálogo e Debates sobre Administração Pública no Brasil*** pretende ser mais uma contribuição para os conhecimentos produzidos acerca da administração pública no país. O leitor terá acesso a nove trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras das mais variadas instituições e com as mais diversas qualificações.

Os primeiros capítulos são dedicados a refletir sobre aspectos da responsabilidade fiscal. Mariana de Oliveira Santos (UNIFSA) e Geraldo Simião Nepomuceno Filho (UNIFSA) tratam da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal imposta aos gastos com pessoal em municípios do Piauí. Bruno D'Assis Rocha (UFRRJ), Antonio Gasparetto Júnior (USP) e Júlio Cândido de Meirelles Júnior (UFF) analisam a *accountability* em fundações de apoio do Rio de Janeiro. Luiz Lustosa Vieira (Ministério do Planejamento), Ilka Massue Sabino Kawashita (Ministério do Planejamento), José Antônio de Aguiar Neto (Ministério do Planejamento) e Carlos Henrique Azevedo Moreira (UFRJ) abordam fundamentos econômicos das transferências voluntárias

intergovernamentais entre os estados federados e sua importância para assegurar a autonomia financeira dos entes subnacionais. Por meio da tecnologia, analisam a gestão dos recursos da União.

Os quarto e quinto capítulos do livro refletem sobre aspectos da gestão. Primeiro, Danielle Lisboa da Motta de Almeida (UFRRJ) e Jorge Alberto Velloso Saldanha (UFRRJ) discorrem sobre a evolução da gestão centrada no cidadão no Brasil, à luz de conceitos da área de marketing. Já Sergio Paulo Carvalho de Souza (INCA) e Cláudia Henschel de Lima (UFF) apontam tensões relacionadas à regulação assistencial em Saúde.

Os capítulos seis e sete são dedicados a reflexões sobre Institutos Federais de Educação no Rio Grande do Sul. Daniela Pegoraro (UFSM) e Kelmara Mendes Vieira (UFSM) analisam a transparência no Instituto Federal do Rio Grande do Sul sob a óptica dos *Stakeholders*. Por sua vez, João Pedro Pereira dos Santos (IF-Farroupilha) e Nelson Guilherme Machado Pinto (UFSM) apresentam um comparativo entre as eficiências dos *campi* do Instituto Federal Farroupilha.

Por fim, a obra se encerra com dois trabalhos que utilizam técnicas bibliométricas para apontar o estado da produção acadêmica em dois aspectos específicos da administração pública. Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino (UVA), Clayton Robson Moreira da Silva (IFPI), Joelma Leite Castelo (UECE), Viviane da Silva Sousa (UVA) e Sabrina Sousa Moraes (UVA) avaliam, primeiro, a produção acadêmica sobre o controle interno no setor público. Depois, o panorama da produção científica nacional acerca da auditoria governamental.

Em suma, a obra apresentada é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades de pesquisas no campo da Administração Pública, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a contribuição para o debate científico e fundamentado na área, especialmente em momento em que se discute o trâmite de uma nova reforma administrativa no Brasil. Assim, a divulgação científica é um importante aparato para embasar argumentos que sejam qualificados e que contribuam positivamente para o debate, participando da construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Júlio Cândido de Meirelles Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL IMPOSTA AOS GASTOS COM PESSOAL: UM ESTUDO DE CASO DE 03 MUNICIPIOS PIAUIENSES, NOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017	
Mariana de Oliveira Santos Geraldo Simião Nepomuceno Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2322003031	
CAPÍTULO 2	15
ACCOUNTABILITY E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO DO ESTADO DO RIO JANEIRO	
Bruno D'Assis Rocha Antonio Gasparetto Júnior Júlio Cândido de Meirelles Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.2322003032	
CAPÍTULO 3	28
PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO	
Luiz Lustosa Vieira Ilka Massue Sabino Kawashita José Antônio de Aguiar Neto Carlos Henrique Azevedo Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003033	
CAPÍTULO 4	41
A EVOLUÇÃO BRASILEIRA DE UMA GESTÃO CENTRADA NO CIDADÃO: SOB O PRISMA DE CONCEITOS DA ÁREA DE MARKETING	
Danielle Lisboa da Motta de Almeida Jorge Alberto Velloso Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.2322003034	
CAPÍTULO 5	56
TENSÕES RELACIONADAS À REGULAÇÃO ASSISTENCIAL EM SAÚDE	
Sergio Paulo Carvalho de Souza Cláudia Henschel de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2322003035	
CAPÍTULO 6	70
TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES <i>STAKEHOLDERS</i>	
Daniela Pegoraro Kelmara Mendes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003036	
CAPÍTULO 7	84
ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS: UM COMPARATIVO ENTRE AS EFICIÊNCIAS DOS <i>CAMPI</i> DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	
João Pedro Pereira dos Santos Nelson Guilherme Machado Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.2322003037	

CAPÍTULO 8	105
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO	
Sabrina Sousa Moraes	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Viviane da Silva Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.2322003038	
CAPÍTULO 9	124
AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO BRASIL: O PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL	
Viviane da Silva Sousa	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Sabrina Sousa Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.2322003039	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	143
ÍNDICE REMISSIVO	144

AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO BRASIL: O PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL

Data de aceite: 20/02/2020

Viviane da Silva Sousa

Bacharel em Ciências Contábeis pela
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
sousaviviane.silva@gmail.com

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Professora da Universidade Estadual Vale do
Acarau (UVA)
Mestre em Administração e Controladoria pela
Universidade Federal do Ceará (UFC)
cintiavmg@gmail.com

Clayton Robson Moreira da Silva

Professor do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Doutorando em Administração e Controladoria
pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
claytonrmsilva@gmail.com

Joelma Leite Castelo

Professora da Universidade Estadual do Ceará
(UECE)
Doutorando em Administração e Controladoria
pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
joelma.castelo@uece.br

Sabrina Sousa Moraes

Bacharel em Ciências Contábeis pela
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
simmoraes.22@gmail.com

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo evidenciar o panorama da produção científica sobre Auditoria Governamental em periódicos brasileiros. Para tanto, realizou-se uma análise bibliométrica, com 49 artigos coletados da base *Spell*, publicados entre os anos de 1999 e 2018. Em cada artigo, foram verificadas as palavras-chave, os autores e suas respectivas instituições, além disso, utilizou-se o *Google Acadêmico* a fim de verificar a frequência de citações de cada artigo. Os resultados indicaram que o ano de 2012 foi o que apresentou o maior número de publicações, bem como concentrou a maior quantidade de autores. Observou-se que há preponderância de autores do sexo masculino durante o período analisado. Além disso, verificou-se que os autores que mais publicaram pertenciam às dez Instituições de Ensino Superior mais representativas, com exceção de um autor. Ainda, evidenciou-se que os periódicos com maior representatividade foram: (i) *Pensar Contábil*; (ii) *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*; (iii) *Revista de Contabilidade e Organizações*; (iv) *Revista Contabilidade & Finanças – USP*; (v) *Contexto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS*; e (vi) *Revista do Serviço Público*. Por fim, as palavras-chave mais utilizadas foram “Auditoria”, “Auditoria

Governamental” e “*Accountability*”.

PALAVRAS-CHAVES: Auditoria Governamental. Produção Científica Nacional. Bibliometria.

1 | INTRODUÇÃO

A auditoria é uma atividade passível de muitas definições, essencialmente devido aos diversos ramos em que esta poderá ser aplicada. De maneira geral, pode ser definida como um conjunto de técnicas que busca fazer uma análise e evidenciação das demonstrações contábeis (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2008). Seu surgimento tem como um dos principais enfoques, a diminuição da assimetria de informações (PEREIRA, 2011).

Em relação ao âmbito público, esta é determinada como um conjunto de técnicas que avaliam a gestão pública, através de resultados gerenciais e da aplicação dos recursos públicos. Nesse aspecto, a atividade da auditoria consiste em avaliar as ações da Administração Pública para comprovar sua legalidade e legitimidade. Para Azevedo e Lino (2018), suas atividades devem ser apresentadas por forma direta ou indireta, sendo a observação direta considerada a mais confiável, devido à verificação presencial do andamento das atividades dos agentes públicos, dos sistemas utilizados e dos processos dos órgãos.

Com o avanço quanto à operacionalização dos órgãos pelos gestores, exige-se que as metas e resultados a serem alcançados priorizem a economia, eficiência, eficácia e efetividade através do constante controle, através de medidas de desempenho nas entidades seja ele interno ou externo, na busca por melhores resultados e benefícios sociais (FREITAS, 2001).

Contudo, mesmo com as diversas vantagens da auditoria como meio de eficiência na gestão, o Brasil ainda necessita de avanços em sua utilização, devido principalmente à sua desvalorização pelos administradores dos municípios, que não realizam os devidos controles internos e enxergam suas atividades como desnecessárias ou veem as auditorias externas como caráter punitivo, impedindo assim, o avanço da boa governança pública (LOUREIRO et al., 2012).

Nesse contexto, considerando a relevância do tema para o campo da gestão pública, este estudo buscou evidenciar o panorama da produção científica sobre auditoria governamental em periódicos brasileiros, por meio da análise de artigos nacionais, publicados entre os anos de 1999 e 2018.

A relevância da pesquisa reside na importância do assunto investigado e os potenciais benefícios que pode proporcionar às unidades e entidades públicas, principalmente na realização de seus controles internos e externos, apresentando-se como uma ferramenta fundamental para o funcionamento das organizações. Além disso, compreender o tema de forma mais aprofundada pode colaborar para a desconstrução

de estigmas punitivos comumente associados às práticas de auditoria. Para isso, a utilização de artigos científicos como instrumentos de informação proporciona uma melhor percepção de suas práticas e da importância dos auditores frente seu campo de atuação, auxiliando assim a sociedade tanto em seu entendimento, quanto na execução de seu papel, seja numa perspectiva interna ou externa.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Origem e Conceitos de Auditoria

A auditoria não possui uma data específica de origem, mas sabe-se que esta se deu principalmente durante a ascensão do desenvolvimento econômico e o surgimento de grandes empresas que com o passar do tempo, que se preocuparam cada vez mais em resguardar seu patrimônio (CREPALDI, 2002). Ainda segundo Oliveira e Diniz (2001), há evidências de seu surgimento durante a Revolução Industrial, aonde se estendeu o capital monetário destas grandes indústrias e viu-se a necessidade de utilizar métodos de controle nestas atividades.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2016), a auditoria tem seu foco principal no aumento da confiabilidade da informação a seus usuários, através de opinião expressa pelo auditor em relação à elaboração das demonstrações, verificando a conformidade entre estas e a estrutura aplicável aos relatórios financeiros. A auditoria pode também ser definida como um levantamento que estuda e avalia as transações, as rotinas e avaliação das demonstrações financeiras (CREPALDI, 2002).

Em complemento a estas definições, Byrnes et al. (2018) retrata que o trabalho dos auditores baseia-se no recolhimento e análise de provas, para assim, formarem suas opiniões no que tange aos controles internos, principalmente em relação à confiabilidade das informações. Desta maneira, a verificação dos controles internos é um ponto-chave para verificação dos trabalhos de auditoria, e estando estes controles bem estabelecidos, as entidades conseguem estabelecer um bom funcionamento e efetividade.

Assim, os trabalhos de auditoria têm grande importância na identificação dos controles, tanto das entidades públicas quanto privadas e, mesmo com objetivos semelhantes, estas apresentam diferenças tanto quanto seu ambiente de aplicação, quanto a algumas das normas e procedimentos aplicáveis a cada uma delas.

2.2 A Auditoria Governamental

Nunes (2006) descreve que a Auditoria Governamental tem como objeto de verificação os sistemas administrativos e operacionais utilizados pelos controles internos em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, execução de programas e projetos em relação à utilização de recursos para sua realização e a aplicação destes recursos nas demais atividades a que se destinam. Nunes (2006, p.

17), ainda afirma que os objetos de auditoria nos entes privados são “registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos, anotações que comprovem a veracidade dos registros, funcionamento do controle interno e o mantimento da empresa dentro dos limites traçados de organização e legalidade”.

Quanto às normas aplicáveis, as auditorias no setor público utilizam-se das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) e as auditorias em entes privados se utilizam das normas técnicas e profissionais de auditoria independente (NBC'TAs e NBC'PAs) emitidas pelo CFC.

Em relação à auditoria voltada ao setor público, esta pode ser definida como um processo sistemático que busca evidências que designam se as informações fornecidas ou bens existentes estão de acordo com os quesitos exigidos à Administração Pública. Assim, seu principal objetivo é exercer transparência aos usuários da informação, tanto das informações quanto das avaliações adquiridas nos trabalhos de auditoria, principalmente em relação ao gerenciamento e desempenho das entidades auditadas (INTOSAI, 2001).

Ainda segundo Mendes, Oleiro e Quintana (2008, p. 40), “com a Nova Gestão Pública voltada à Administração Gerencial, cujo controle deixa de somente basear-se nos processos para concentrar-se também nos resultados alcançados, surge à necessidade de uma gestão voltada à boa governança”. Dessa forma, os autores veem que o avanço da gestão pública adquire semelhanças à gestão de entidades privadas, buscando também o aspecto da boa governança na administração de seus bens e recursos, o que auxilia no atingimento de uma melhor prestação de contas, a transparência e a equidade, principalmente para os usuários e demais interessados pela informação.

Em relação a estas questões, Mendes, Oleiro e Quintana (2008) verificaram em seu estudo como a contabilidade e a Auditoria Governamental auxiliam no combate à corrupção em relação à transparência e controle social. Viu-se que nos últimos dez anos até a elaboração da pesquisa, foram implantados importantes mecanismos de combate à corrupção, tais como a construção das *homepages* de portais da transparência e demais programas de controle social pelos Tribunais de Contas e Controladorias Gerais. Concomitantemente, não só a disponibilidade de informações deve ser suficiente, mas a contabilidade e a auditoria no setor público devem fiscalizar e observar os atos de cada ente.

Já quanto aos estudos de artigos científicos voltados a esta temática, Mafra et al. (2015) verificaram os artigos, autores, periódicos e palavras-chave que mais se destacam no tema de Auditoria Governamental em relação à literatura internacional. Percebeu-se que os periódicos de maior relevância foram o *Critical Perspectives on Accounting* e o *Accounting, Organizations and Society*, sendo o *Journal of Political Economy*, o periódico que possui maior fator de impacto; a palavra-chave mais utilizada nos trabalhos foi ‘*auditing*’. Além disso, destacou também os trabalhos mais reconhecidos no portfólio e dentre as referências são Olken (2005) e Radcliffe (2008),

que estudaram que realização de auditorias diminui a corrupção, destacando também os autores que mais retrataram o assunto.

2.3 Bibliometria e as Leis Bibliométricas

No que tange aos parâmetros deste estudo, cabe aqui mencionar sobre a bibliometria como forma de desenvolvimento e descoberta de novas pesquisas. Para Vanti (2002), a bibliometria engloba diversos métodos na área da Ciência da Informação verificando através de uma análise de dados quantitativa, o comportamento nas produções de diversos autores, trazendo novas descobertas no conhecimento de determinado assunto. Ainda segundo Guedes (2012), a Bibliometria dentro da Ciência da Informação é constituída por um conjunto de leis e princípios teóricos que contribuem para o fortalecimento de fundamentações teóricas dentro desta ciência.

Para sua devida aplicação, são estabelecidos métodos encontrados na Lei de Bradford, que verifica a produtividade de periódicos; na Lei de Lotka, que analisa a produtividade científica de autores; e nas Leis de Zipf, que relacionam a frequência de palavras encontradas (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Ainda em razão destas leis, a Lei de Bradford, busca estimar o grau de relevância dos periódicos em uma determinada área de conhecimento através da sua quantidade de produções e sendo esta significativa, tais periódicos podem trazer maiores contribuições a esta área. Já a Lei de Lotka relaciona o prestígio dos pesquisadores em áreas de conhecimento com a quantidade de trabalhos por eles produzidos, sendo os mais prestigiados, aqueles que mais produzem. Por fim, nas Leis de Zipf, são averiguadas as palavras mais citadas e a influência deste grupo de palavras, sendo esta muitas vezes limitada a um grupo pequeno, mas que possui grande representatividade (GUEDES, 2012).

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados de acordo com o objetivo deste estudo e em relação aos dados coletados.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa pode ser definida como exploratória e descritiva. Mafra et al. (2015) retrata que a pesquisa exploratória é assim definida devido à busca por meio de referencial teórico para construção de conhecimento e suas delimitações. Pode também ser descritiva por fazer o apontamento de determinadas características encontradas.

Quanto aos procedimentos, é bibliográfica, visto que os artigos que fazem parte do estudo foram devidamente revisados e avaliados para sua submissão. Quanto à abordagem, caracteriza-se como quantitativa. O caráter quantitativo é justificado pelo uso de artigos encontrados através da bibliometria, que identifica tal característica (MAFRA et. al, 2015). Esta característica também é encontrada devido às análises bibliográfica e estatística. Ainda, de acordo com Prodanov (2013), este tipo de pesquisa

relaciona tudo o que pode ser quantificado, traduzindo dados e opiniões coletadas em números, a fim de que possam ser analisados.

Este estudo foi baseado na pesquisa de Mafra et al. (2015), que abordou trabalhos com a temática de Auditoria Governamental dentro literatura internacional. Os autores responsáveis pelo estudo relacionaram as redes de colaboração entre trabalhos, verificando desde as palavras-chave até a quantidade de citações pertencentes a cada autor.

Quanto à análise de conteúdo, Bardin (2011) trata das análises de conteúdo e linguística, além da análise documental, e segundo a autora, os documentos verificados em um determinado estudo agrupam informações que auxiliam na verificação do conteúdo em foco.

Logo, para a coleta de dados, utilizou-se uma análise inteiramente bibliográfica, verificando-se os artigos publicados e relacionados na plataforma *Spell*. A plataforma foi verificada junto com a lista disponibilizada pela CAPES, através da plataforma Sucupira para verificar o *Qualis* dos periódicos encontrados. Outra justificativa para sua utilização é a dinamicidade em relação à pesquisa de autores e periódicos, sendo estes organizados por meio das revistas presentes nesta plataforma, abrangendo áreas das Ciências Sociais Aplicadas, não se relacionando apenas às Ciências Contábeis.

A referida coleta foi realizada entre os dias 19 a 21 de fevereiro de 2019, através da verificação dos trabalhos dentro da plataforma por meio da leitura do título de cada trabalho e seu resumo.

Inicialmente, através da busca das palavras “auditoria” e “*auditing*” em conjunto, foram encontrados um total de 254 trabalhos. Em seguida foi feita uma análise preliminar sobre os achados em Auditoria Governamental, por meio de verificações individuais e dentre estes, foram escolhidos um total de 62 trabalhos.

Alguns erros foram percebidos dentro da coleta de dados, que diminuíram a amostra do estudo como, por exemplo, o arquivo encontrado que deveria ser referente ao trabalho, não ser o descrito na plataforma. Outros dos erros encontrados foram os trabalhos relacionados apresentarem arquivos que não correspondiam ao trabalho pesquisado ou não possuírem os arquivos. Além disso, foram encontrados trabalhos com publicação duplicada e sem as palavras-chave em seus resumos, o que também reduziu a amostra.

Cabe aqui destacar, que a Revista Mineira de Contabilidade não entrou na amostra de dados, devido à falta de palavras-chave. Para a finalidade deste estudo, a falta destas dificulta o comparativo para realização da correlação de tais palavras, sendo este um dos métodos de pesquisa utilizados.

Quanto aos trabalhos duplicados, a escolha entre qual deles seria utilizado, foi feita por dois critérios: trabalho mais atual e/ou trabalho com dados mais completos.

Dentre os 62 trabalhos encontrados, 49 atendiam aos pré-requisitos desta pesquisa. Os principais pré-requisitos foram relacionados: aos trabalhos de autores e de instituições brasileiras, à posse dos arquivos corretos na plataforma, à posse de

palavras-chave e às instituições dos autores. Vale destacar ainda que dentre os 49 trabalhos utilizados na amostra, um deles apresentou tradução em inglês, sendo este da *Revista Brazilian Administration Review*.

Após a coleta dos 49 artigos, os dados foram arquivados em planilhas do programa *Microsoft Excel®*, em que constava título, autores de cada trabalho, revista, palavras-chave, *link* para acesso do arquivo e citação segundo a ABNT. Através da amostra coletada, a seguir são apresentadas descrição e análise dos dados recolhidos e os seus principais resultados.

4 | DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta descrição e análise estão determinados os principais fatores de verificação em relação à quantidade de trabalhos publicados na plataforma *Spell* entre os anos de 1999 e 2018. Este período se deu de acordo com a verificação das datas de cada trabalho publicado e relatados em planilha.

Como pontos desta análise foram averiguados quantidade de artigos por ano, palavras-chave mais utilizadas por período (delimitado em cinco anos), periódicos encontrados com a quantidade presente de artigos na plataforma e quantidade de autorias por ano. São analisados ainda os autores mais prolíficos e as instituições mais representativas em publicações. Para possibilitar tal análise, foi utilizado o recurso de Tabela Dinâmica presente no *Microsoft Excel®*, que auxiliou na realização da relação de dados e também o reconhecimento dos artigos na plataforma Google Acadêmico através da quantidade de citações.

Para a verificação da relação de artigos presentes na plataforma por ano, foi utilizado um comparativo em tabela e verificaram-se os 49 trabalhos da amostra com a relação entre o ano de publicação e a quantidade de trabalhos publicados. Na Tabela 1, é apresentada a correlação entre publicações por ano e quantidades.

Ano	Quantidade de artigos	Ano	Quantidade de artigos
1999	1	2009	3
2000	0	2010	4
2001	0	2011	4
2002	0	2012	9
2003	0	2013	2
2004	0	2014	5
2005	1	2015	1
2006	1	2016	5
2007	1	2017	4
2008	3	2018	5
Total		49	

Tabela 1- Quantidade de artigos por ano

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Por meio da Tabela 1, percebe-se que as publicações sobre Auditoria

Governamental não seguem um padrão nem de aumento, nem de diminuição, apresentando uma instabilidade de variação. Nota-se também que entre os anos de 2000 e 2004, não foram encontradas publicações.

Observa-se ainda que o ano de maior quantidade de publicações foi 2012, com nove trabalhos no total. Após esse período, houve uma queda significativa para dois artigos em 2013 e logo após, um aumento para cinco trabalhos em 2014. Nos anos seguintes, verifica-se a inconsistência entre quedas e aumentos de quantidade nas publicações. Depreende-se que o maior nível de trabalhos em 2012 coincide com o início da implantação das normas de convergência entre a Contabilidade Pública Brasileira e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, também conhecidas como IPSAS. Isso pode ser comparado devido a dois dentre os nove trabalhos publicados tratarem da busca pela convergência das normas e das Instituições Fiscalizadoras Superiores, que influenciam os países na busca pela harmonização das normas.

Quanto aos periódicos dos artigos selecionados, foram listadas um total de 31 revistas. Na Tabela 2 são relacionados todos os periódicos brasileiros encontrados na coleta de dados, com os respectivos totais de trabalhos publicados dentro de cada um deles, além do estrato *Qualis* definido de acordo com a plataforma Sucupira. Em seguida, são destacados os períodos com o maior número de publicações e alguns comentários sobre os respectivos temas abordados. Os periódicos estão organizados em ordem decrescente de acordo com o número de artigos encontrados.

Periódicos	Quantidade de artigos	Qualis
Pensar Contábil	4	B2
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	3	B2
Revista de Contabilidade e Organizações	3	A2
Revista Contabilidade & Finanças – USP	3	A2
Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS	3	B4
Revista do Serviço Público	3	B2
Revista de Administração Contemporânea	2	A2
Contabilidade, Gestão e Governança	2	B1
Sociedade, Contabilidade e Gestão	2	B2
Revista Catarinense da Ciência Contábil	2	B2
REAd. Revista Eletrônica de Administração	2	
	B1	
Revista de Administração Pública	2	A2
Revista de Tecnologia Aplicada	1	B3
Enfoque Reflexão Contábil	1	B1
NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia	1	B3
Revista de Gestão e Projetos	1	B2
Revista Gestão & Planejamento	1	B2

Revista Universo Contábil	1	A2
RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	1	B3
Revista de Administração Mackenzie	1	B1
Revista Catarinense da Ciência Contábil	1	B2
Revista ADM.MADE	1	B2
Revista de Gestão em Sistemas de Saúde	1	B3
Brazilian Administration Review	1	A2
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	1	B1
Brazilian Business Review	1	A2
Sinergia	1	B4
Revista Contemporânea de Contabilidade	1	A2
Gestão e Sociedade	1	B2
Revista de Administração da UFSM	1	B1
Total de Periódicos	31	Total de artigos 49

Tabela 2 - Periódicos encontrados

Nota: Classificação Qualis CAPES referente ao quadriênio 2013-2016.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observando-se a Tabela 2, percebe-se que há seis revistas que se destacam em relação ao número de publicações, sendo elas Pensar Contábil, Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, Revista de Contabilidade das Organizações, Revista Contabilidade & Finanças – USP, Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS e Revista do Serviço Público. Dentre as seis, quatro delas serão comentadas a seguir, vista sua influência pela relação entre a quantidade de publicações e o *Qualis* apresentado (entre A2 e B2).

Na Pensar Contábil, há dois trabalhos que citam diretamente a Auditoria Governamental, no que tange ao modo operacional. O primeiro sobre a relação entre *Accountability* (prestação de contas) e como este auxilia o TCU na aplicação deste tipo de auditoria (GRACILIANO et al., 2009). O outro trabalho abordou a aplicação da auditoria operacional dentro de um órgão público, Marinha Brasileira (KERBER; SIQUEIRA, 2012).

Em relação à revista Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, dentre os trabalhos publicados, destacam-se dois, que abordaram a Auditoria Governamental no âmbito da Controladoria Geral da União – CGU. O primeiro aborda a avaliação de programas públicos pela CGU (JANNUZZI, 2011), e outro, as formas de controle da Auditoria Governamental, que vão desde o controle interno (dentro dos próprios entes públicos) ao controle social (realizado pela população) (LOUREIRO et al., 2012).

Já na Revista de Contabilidade das Organizações, os temas mais influentes foram sobre a aprovação de contas municipais com irregularidades graves, vendo análises que vão além da parte tão somente técnica (AZAMBUJA; TEIXEIRA; NOSSA, 2018) e aplicação de auditorias dentro do Sistema Único de Saúde – SUS, visto que

as verbas aplicadas neste, são de extrema necessidade à população (TSZESNIOSKI; SÁ, 2018).

Por fim, na Revista do Serviço Público dentre o total de trabalhos, destaca-se o trabalho que correlaciona a auditoria operacional (também conhecida como de gestão), verificando a prestação do serviço de educação nas escolas de ensino médio (MELO; PASSOS, 2018). Outro apontamento importante está em um trabalho sobre a aplicação de auditoria dentro de uma obra pública em Minas Gerais (BUGARIN; CUNHA, 2017).

As palavras-chave mais utilizadas foram segregadas em períodos de cinco anos, devido à percepção de pouca semelhança ou repetição de palavras-chave por ano, o que impossibilitou comparações. Alguns estudos como o de Ribeiro (2015) e Rocha (2010), utilizam as palavras-chave como método de correlação entre trabalhos que utilizam da bibliometria, o que também justifica sua escolha no presente estudo.

A seguir, apresentam-se a Tabela 3, que indicam as palavras-chave mais utilizadas entre 1999 e 2018, sendo comentadas posteriormente as principais observações dos resultados.

Palavras-chave	Quantidade de artigos (Período 1999-2003)	Quantidade de artigos (Período 2004-2008)	Quantidade de artigos (Período 2009-2013)	Quantidade de artigos (Período 2014-2018)	Total
<i>Accountability</i>	-	-	3	3	6
Administração Pública	-	-	2	3	5
Auditoria	-	-	4	4	8
Auditoria Administrativa	-	-	-	3	3
Auditoria de Gestão	-	-	2	-	2
Auditoria Governamental	-	3	2	3	8
Auditoria Interna	-	-	2	-	2
Contabilidade Pública	-	-	-	2	2
Controle Externo	-	-	2	3	5
Estratégia	-	-	3	-	3
Gestão Pública	-	-	2	-	2
Independência	-	-	2	-	2
Instituição Superior de Auditoria	-	-	2	-	2

Transparên- cia	-	-	2	2	4
Transparên- cia Fiscal	-	-	2	-	2
Demais palavras- -chave	11	18	52	58	139
Total	11	21	82	81	195

Tabela 3- Palavras-chave mais utilizadas (1999-2018)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com a Tabela 3, verifica-se que as palavras Auditoria, Auditoria Governamental e *Accountability* foram as mais citadas ao longo do período analisado, sendo as duas primeiras com oito citações, e a última com seis. Nos anos de 1999 a 2003, não houve aparições de nenhuma das palavras-chave mais citadas, observando-se que as 11 encontradas são pertencentes a apenas um trabalho. Entre os anos de 2004 a 2008, dentre as 21 palavras-chave encontradas, apenas Auditoria Governamental foi utilizada mais de uma vez, aparecendo três vezes. Entre os trabalhos encontrados no período entre 2009 a 2013, percebe-se a predominância da palavra Auditoria, citada quatro vezes, Estratégia e *Accountability*, ambas com três citações. A palavra Auditoria Governamental continua como uma das mais citadas por trabalhos com o tema, porém, neste período em questão, foi encontrada apenas duas vezes.

A partir da Tabela 3, percebe-se também que a palavra Auditoria permanece sendo a mais citada, havendo mudança nas palavras da segunda posição como *Accountability*, Administração Pública e Auditoria Administrativa. A palavra Auditoria Governamental permanece entre as mais citadas. Ressalta-se que apesar dos artigos selecionados tratarem da Auditoria Governamental, percebe-se que o termo Auditoria e Auditoria Governamental tiveram baixa representatividade, uma vez que apareceram apenas em oito, dos 49 artigos, representando 16%. Palavras como Auditoria Administrativa, *Accountability* e Controle Externo estão interligadas ao tema de Auditoria Governamental, visto que são etapas ou formas de realização de tal auditoria, apresentando uma correspondência com o tema apresentado.

Além das análises realizadas anteriormente, foram também comparadas as quantidades de autorias por ano. Cabe salientar que dentro das autorias, os autores podem aparecer mais de uma vez, dependendo da quantidade de trabalhos que estes desenvolverem. Isso se justifica por haver 107 autores registrados na amostra, com o total de 118 autorias no período.

A Tabela 4 evidencia a quantidade de autorias por ano dentro do período das amostras recolhidas. Além disso, são destacados os autores por gênero e os mais citados dentro das produções científicas. Por meio das análises, observou-se que o ano de 2012 foi o ano com o maior número de autorias, o que se relaciona com o fato de também ser o ano com o maior número de trabalho publicados, explicitado

anteriormente através da Tabela 1. Os anos de 1999 e 2004 são os que apresentam as menores quantidades de autorias, visto que estes foram os anos que apresentaram apenas uma publicação sobre o tema.

Também foram analisadas as autorias por meio de método estatístico, que segundo Gil (2008), reforça as conclusões de um determinado estudo pela experimentação dos dados e sua observância. Assim, verificou-se que por ano, há uma média de 5,9 autorias, ou seja, de quase seis autorias a cada ano.

Ano	Autorias por ano	Ano	Autorias por ano
1999	1	2009	9
2000	-	2010	9
2001	-	2011	8
2002	-	2012	21
2003	-	2013	7
2004	-	2014	16
2005	3	2015	4
2006	1	2016	11
2007	2	2017	9
2008	6	2018	11
Total			118

Tabela 4- Quantidade de autorias por ano

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como já citado, o total de autores dentro da amostra de 49 trabalhos foi de 107, em um período de 20 anos. Dessa forma, a Tabela 4 mostra a representatividade geral de autores por sexo na amostra. Dentre o total de autores, nota-se uma maior representatividade do gênero masculino nas publicações, que representa cerca de 64% do total de autores.

Gênero	Quantidade	Percentual
Feminino	39	36%
Masculino	68	64%
Total	107	100%

Tabela 5- Representatividade dos autores por sexo

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ainda em relação aos autores do referido estudo, apresenta-se na Tabela 5 a disposição dos autores que mais publicaram.

Autores	Quant.	IES
Luiz Alberton	3	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Marco Antonio Carvalho Teixeira	2	Universidade de São Paulo (USP)
Jeisom de Melo Fajardo	2	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Janilson Antonio da Silva Suzart	2	Universidade de São Paulo (USP)
Carlos Alexandre Nascimento Wanderley	2	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
André Feliciano Lino	2	Universidade de São Paulo (USP)
Leonardo da Silva Morais	2	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Clóvis Antônio Kronbauer	2	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Gustavo Pires Krüger	2	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Josenildo dos Santos	2	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Total	21	-

Tabela 6- Autores com mais publicações

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dentre o total de 118 autorias, 21 pertencem aos autores mais citados, representando aproximadamente 18% do total da amostra de autorias dos trabalhos publicados. Outra percepção é que os autores que mais publicaram sobre Auditoria Governamental também são os que pertencem às instituições superiores com maior número de colaborações, com exceção do autor Leonardo da Silva Morais, pertencente à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que não está elencada entre as dez instituições mais influentes. Esta Instituição Superior (IES) é a única que não está no *ranking* das maiores colaborações.

A representatividade das IES é outra importante abordagem deste trabalho. Ribeiro (2015) também utiliza a relação destas com os autores em seu estudo bibliométrico. A Tabela 7 traz a representação das instituições com maiores relações dos trabalhos publicados.

Instituição	Quantidade de relações
Universidade de São Paulo (USP)	19
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	12
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	10
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	10
Universidade de Brasília (UnB)	7
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	6
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	6
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	6
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	6
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	6
Total	88

Tabela 7- Instituições com maior representatividade (1999-2018)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Por meio da verificação de relações de cada instituição, das 46 instituições encontradas e das 115 relações com os autores, 88 pertencem às 10 instituições com maior representatividade. Assim, 76% das relações dos autores com as respectivas instituições (formação ou profissionais) correspondem as 10 instituições mais citadas nas publicações. Assim, é correspondida a relação entre as instituições mais citadas e os autores mais presentes nas publicações, sendo em sua grande maioria de instituições públicas.

Como última forma de análise, foi utilizada a plataforma Google Acadêmico, em que foram procurados os trabalhos por título ou referências bibliográficas. Esta plataforma também foi escolhida devido à dinâmica entre o trabalho pesquisado e as relações com este, seja por meio da quantidade de citações encontradas ou os trabalhos pertinentes ao tema pesquisado. Outra motivação para o seu uso são as poucas abordagens desta plataforma em estudos bibliométricos. Em razão disso, a Tabela 8 traz a amostra dos dez trabalhos mais citados, com seus títulos, periódicos de publicação, respectivos autores, ano de publicação e a quantidade de vezes em que são citados.

Título	Periódico	Autores	Ano	Citações
Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública	Revista do Serviço Público	Célia Marçola	2011	33
Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública	Revista de Contabilidade e Organizações	Clóvis Antônio Kronbauer, Gustavo Pires Krüger, Ernani Ott, Cléber José Nascimento	2011	26

Avaliação de programas públicos por meio da análise estruturada dos relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União	Cadernos Gestão Pública e Cidadania	Paulo de Martino Jannuzzi	2011	26
Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira	Cadernos Gestão Pública e Cidadania	Maria Rita Loureiro, Fernando Luiz Abrucio, Cecília Olivieri, Marco Antonio Carvalho Teixeira	2012	17
Auditoria de Avaliação da Gestão: um estudo de caso na marinha do Brasil	Pensar Contábil	Carlos Roberto Kerber, José Ricardo Maia de Siqueira	2012	17
Análise dos fatores explicativos de inconformidades apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais	Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Contabilidade da UFRGS	Gustavo Pires Krüger, Clóvis Antônio Kronbauer, Marcos Antonio de Souza	2012	16
Ser ou não ser independente? Um estudo exploratório sobre a independência das instituições superiores de auditoria e o nível de transparência fiscal dos países	Revista Universo Contábil	Janilson Antonio da Silva Suzart	2012	15
A auditoria e os procedimentos de amostragem nas instituições federais de ensino superior da região sul do Brasil: aspectos gerais e específicos ao ano de 2010	Revista Contemporânea de Contabilidade	Sueli Farias, Juliana Pires Schulz, Rita Lucia Bellato, Luiz Alberton	2012	15
As Instituições Superiores de Auditoria: um estudo do nível de transparência fiscal dos países	Revista Universo Contábil	Janilson Antonio da Silva Suzart	2012	14
Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil	Enfoque Reflexão Contábil	Evelyse N. Chaves de Amorim, Maria Aparecida Cardozo, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente	2012	11

Tabela 8- Reconhecimento no Google Acadêmico

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Diferentemente da relação entre as IES e os autores mais citados sobre a Auditoria Governamental, de acordo com a Tabela 8, observa-se que a quantidade de citações não está interligada aos fatores anteriores, uma vez que autores com elevadas quantidades de publicação não tiveram suas obras citadas muitas vezes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou evidenciar o panorama da produção científica sobre Auditoria Governamental em periódicos brasileiros. Para tanto, realizou-se uma análise bibliométrica, em que foram analisados 49 trabalhos sobre o tema, publicados entre os anos de 1999 e 2018, disponíveis na plataforma *Spell*.

Como resultados, percebe-se que, dentre o total de trabalhos encontrados, o maior número de publicações ocorreu em 2012, o que também interferiu na quantidade

de autorias do mesmo ano, representando o ano com maior volume de autores. Além disso, observou-se que a maioria dos autores são do gênero masculino, sendo que o autor Luiz Alberton, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi o que mais publicou sobre o tema. Por outro lado, a IES mais profícua foi a Universidade de São Paulo (USP), que reúne um total de 19 publicações sobre Auditoria Governamental.

Ainda, observou-se a preponderância de autores vinculados a IES das Regiões Sul e Sudeste, demonstrando que estas regiões concentram maior volume de produção sobre o assunto. Este achado pode estar associado ao fato dessas regiões concentrarem a maior parte de programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que leva pesquisadores, docentes e órgãos reguladores à reflexão sobre as possibilidades de expansão desses programas Brasil a fora.

As palavras-chave mais frequentes foram “Auditoria” e “Auditoria Governamental”, o que era esperado uma vez que são termos que contemplam o assunto aqui investigado. Contudo, o termo “*Accountability*” figura como o terceiro mais frequente, indicando certo interesse dos pesquisadores sobre este assunto. Este achado indica que a *accountability* vem sendo cada vez mais discutida no meio acadêmico, mostrando-se um assunto relevante e de interesse de acadêmicos e gestores públicos. Observou-se ainda a presença de outros temas específicos de aplicação no setor público, sendo possível evidenciar temas emergentes nesse campo de estudo.

Desta maneira, a presente pesquisa trouxe novas abordagens em relação aos estudos bibliométricos na Auditoria Governamental, respeitando-se as leis da bibliometria, uma vez que os procedimentos adotados seguiram algumas de suas características. Isto foi comprovado pela associação entre os dados da pesquisa. Assim, nota-se que o tema apresentou maiores abordagens nos últimos anos, porém com quantidades insuficientes.

Como fatores limitantes destacam-se a aplicação da pesquisa em apenas uma plataforma de artigos, os erros encontrados que diminuiram a amostra e a falta de um sistema que realizasse as relações em redes, a fim de detalhar ainda mais esta forma de estudo. Portanto, sugere-se que para pesquisas futuras sejam feitos comparativos por meio de dados recolhidos diretamente nos respectivos periódicos aqui abordados, além da utilização de sistemas de relações em redes que permitam verificar uma maior quantidade de fatores.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E. C.; CARDOZO, M. A.; VICENTE, E. F. R. Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 31, n. 3, p. 23-35, 2012.

ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETO, P. H. T. **Auditoria Contábil - Enfoque teórico**,

normativo e prático. São Paulo: Saraiva, 2008.

AZAMBUJA, P. A.; TEIXEIRA, A.; NOSSA, S. N. Aprovação de Contas Municipais com Irregularidades Gravíssimas: Quando a Auditoria Técnica não é Suficiente. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, n. 1, p. 1-13, 2018.

AZEVEDO, R. R.; LINO, A. F. O distanciamento entre as Normas de Auditoria e as práticas nos Tribunais de Contas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 13, n. 2, p. 9-27.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BUGARIN, M. S.; CUNHA, F. C. R. Lei de Benford Aplicada à Auditoria da Reforma do Aeroporto Internacional de Minas Gerais. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 4, p. 915-940, 2017.

BYRNES, P. E., AL-AWADHI, A., GULLVIST, B., BROWN-LIBURD, H., Teeter, R., Warren, J. D., & VASARHELYI, M. Evolution of Auditing: From the Traditional Approach to the Future Audit. **Continuous Auditing**. p. 285–297, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC N.º 2016/NBC TA 200 (R1), de 05 de setembro de 2016: altera a NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.** Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1))>. Acesso em: 09 de nov. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FARIAS, S.; SCHULZ, J. P.; BELLATO, R. L.; ALBERTON, L. A auditoria e os procedimentos de amostragem nas instituições federais de ensino superior da região sul do Brasil: aspectos gerais e específicos ao ano de 2010. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 18, p. 23-40, 2012.

FREITAS, C. A. S. Auditoria de gestão e estratégia no setor público. **Revista do Serviço Público**, v. 52, n. 4, p. 57-70, 2001.

FREITAS, C. A. S.; GUIMARÃES, T. A. Isomorphism, institutionalization and legitimacy: operational auditing at the court of auditors. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. n.spe1, p. 153-175, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRACILIANO, E. A.; MOREIRA FILHO, J. C.; NUNES, A. P.; PONTES, F. C. M.;

HEDLER, H. C.; TORRES, C. V. Meta-avaliação de auditorias de natureza operacional do

Tribunal de Contas da União. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 3, art. 7, p. 468-486, 2009.

GUEDES, V. L. S. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, v. 6, n. 2, p. 74-109, 2012.

GUEDES, V. LS; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 18, 2005.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (INTOSAI). **Auditing Standards Basic Principles in Government Auditing. (ISSAI 100)**. Viena, 2001. Disponível em: [http://www.issai.org/media\(629,1033\)/ISSAI_100_E.pdf](http://www.issai.org/media(629,1033)/ISSAI_100_E.pdf). Acesso em: 8 ago. 2018.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas públicos por meio da análise estruturada dos relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 59, art. 15, p. 1-18, 2011

KERBER, C. R.; SIQUEIRA, J. R. M. Auditoria de Avaliação da Gestão: um estudo de caso na marinha do Brasil. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 54, p. 27-37, 2012.

KRONBAUER, C. A.; KRÜGER, G. P.; OTT, E.; NASCIMENTO, C. J. Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 12, art. 3, p. 48-71, 2011.

KRÜGER, G. P.; KRONBAUER, C. A.; SOUZA, M. A. Análise dos fatores explicativos de inconformidades apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 12, n. 22, p. 43-58, 2012.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; OLIVIERI, C.; TEIXEIRA, M. A. C. Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 17, n. 60, p. 54-67, 2012.

MAFRA, M. S.; SUAVE, R.; GUILHERME, J. T.; ALBERTON, L. **Características da Literatura Internacional sobre Auditoria Governamental. Gestão e Sociedade**, v. 9, n. 23, p. 926-945, 2015.

MARÇOLA, C. Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 1, p. 75-87, 2011.

MELO, G. L. S.; PASSOS, G. O. Auditoria Operacional do TCU no Ensino Médio: Federalismo de Cooperação?. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 3, p. 559-584, 2018.

MENDES, R. C.; OLEIRO, W. N.; QUINTANA, A. C. A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção. **Sinergia**, v. 12, n. 2, p. 37-48, 2008.

NUNES, J. O. Auditoria pública e privada: uma análise comparativa. **Revista Eletrônica de Contabilidade - Curso de Ciências Contábeis UFSM**. vol. 3 n. 1 jan-jun/2006.

OLIVEIRA L. M., DINIZ, F. A. **Curso básico de auditoria**. São Paulo: Atlas; 2001.

PEREIRA, A. D. **Auditoria das Demonstrações Contábeis: uma abordagem jurídica e contábil**. São Paulo, Atlas, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, H. C. M. Análise das pesquisas sobre auditoria publicadas em periódicos brasileiros. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, n. 1, p. 088-112, 2015.

ROCHA, D. T. et al. Gestão de custos: um estudo bibliométrico e sociométrico da produção científica do EnANPAD 1997-2008. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2010.

SUZART, J. A. S. As Instituições Superiores de Auditoria: um estudo do nível de transparência fiscal dos países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 3, p. 107-118, 2012. gerais e específicos ao ano de 2010. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 9, n. 18, p. 23-40, 2012.

_____. Ser ou não ser independente? Um estudo exploratório sobre a independência das instituições superiores de auditoria e o nível de transparência fiscal dos países. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 3, p. 24-39, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria governamental**. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2011.

TSZESNIOSKI, L.; SÁ, R. F. Interpretando as Relações de Poder no Pós-Auditoria do SUS à Luz dos Conceitos da Análise Estratégica de Crozier e Friedberg. REAd. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 24, n. 2, p. 83-105, 2018.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31(2), p. 152-162, 2002.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Antonio Gasparetto Júnior: Pós-doutorando em História pela Universidade de São Paulo (USP), Doutor (2018), Mestre (2013), Bacharel e Licenciado (2010) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio de doutoramento (*Chercheur Invité*) na École Doctorale d’Histoire Moderne et Contemporaine da Université Paris IV - Sorbonne (2015-2016), e Bacharel em Administração Pública pela UFJF. Professor Formador I na Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor Substituto no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e Professor efetivo de Educação Básica (PEB) no estado de Minas Gerais. Pesquisador integrado ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS) e do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade (LEPCON). Membro da Associação Nacional de História (ANPUH), da Association des Jeunes Chercheurs en Histoire (AJCH), da Association Française des Jeunes Historiens du Droit (AFJHD) e do Conselho Nacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca). Secretário da rede internacional de pesquisas “Direitas, História e Memória”. Conquistou o segundo lugar no *Premio de Investigación Doctoral en Historia del Derecho en América Latina* (Valência/ESP, 2019). Autor de *Atmosfera de Plomo* (Tirant lo Blanch, 2019), *História Constitucional Brasileira: usos e abusos das normas* (Multifoco, 2017) e *Direitos Sociais em Perspectiva* (Fino Traço, 2014). Desenvolve pesquisas na área de História do Brasil Republicano, com ênfase nos seguintes temas: História do Direito, Democracia e Cultura Política, Estado de Exceção, Autoritarismo, Direitos e Administração Pública.

E-mail: antonio.gasparetto@gmail.com -  <https://orcid.org/0000-0001-7844-0055>.

Júlio Cândido de Meirelles Júnior: Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação pelo Programa Binacional Brasil e Argentina, com ênfase em Políticas Públicas Comparadas no Mercosul, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Ciências Contábeis, Especialista em Docência do Ensino Superior, Especialista em Administração Escolar, Especialista em Auditoria e Contabilidade Financeira, Especialista em Engenharia de Produção, Especialista em Política e Estratégia pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Especialista em Controladoria Financeira, Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância e graduado em Ciências Contábeis. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PGPPD), Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). Articulista do Conselho Regional de Contabilidade e outras revistas. Membro da Associação Científica Internacional Neopatrimonialista (ACIN). Detentor do Prêmio Ivan Carlos Gatti. Membro efetivo perpétuo da Academia Mineira de Ciências Contábeis. Pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa “Análise de Risco e Controladoria Estratégica” (ARCONTE).

E-mail: profjcm@gmail.com -  <https://orcid.org/0000-0002-3958-3413>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Quantitativa 70

Accountability 4, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 26, 66, 72, 125, 132, 133, 134, 139

Administração Pública 2, 3, 5, 10, 15, 16, 19, 31, 32, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 81, 82, 102, 108, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 125, 127, 131, 133, 134, 137, 141, 143

Análise de Desempenho 87

Análise Envoltória de Dados 84, 91, 93, 102

Assistência 18, 21, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 69

C

Cidadão 14, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 72, 77

Confiança 18, 23, 70, 73, 74, 80, 81

Contabilidade 7, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 26, 27, 82, 101, 103, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Contas Públicas 1, 2, 3, 5, 6

D

Desenvolvimento socioeconômico 84

E

Eficiência 13, 42, 66, 72, 84, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 114, 125

Ensino 1, 19, 20, 21, 22, 27, 58, 60, 61, 67, 68, 70, 71, 84, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 113, 119, 121, 124, 133, 138, 140, 141, 143

Estado 1, 3, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 42, 43, 53, 57, 58, 60, 61, 65, 69, 71, 72, 73, 77, 85, 86, 87, 88, 91, 102, 106, 113, 114, 120, 143

Evolução 9, 41, 45, 52, 68, 73, 85, 96, 98, 112, 120, 122

Excelência 28, 29, 42, 43, 44, 49, 55, 70, 112, 113, 119

F

Fundações de Apoio 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 113

G

Gasto com dinheiro público 8

Gestão 1, 3, 4, 5, 6, 9, 13, 14, 21, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 80, 81, 82, 85, 86, 90, 91, 92, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Gestão do Conhecimento 28

Gestão Pública 3, 14, 28, 40, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 57, 64, 65, 71, 73, 80, 81, 82, 85,

103, 105, 106, 108, 112, 115, 116, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 141
Governança 26, 28, 32, 39, 40, 44, 66, 73, 82, 103, 106, 107, 109, 122, 125, 127, 131, 142
Governo Federal 4, 7, 31, 41, 48, 49, 51, 53, 72, 87

I

INCA 22, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69
Informação Contábil 15, 17
Instituto Federal 15, 22, 70, 72, 74, 84, 86, 87, 102, 105, 124, 143

L

Lei 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 23, 29, 30, 40, 44, 71, 72, 76, 81, 82, 92, 93,
101, 110, 112, 113, 119, 128, 140

M

Marketing 41, 42, 43, 52, 53, 54, 55
Município 1, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 69, 112

P

Percepção 18, 45, 51, 57, 59, 62, 70, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 90, 112, 113, 126, 133, 136
Piauí 1, 2, 105, 124
Políticas Públicas 31, 35, 39, 41, 42, 53, 55, 85, 86, 87, 88, 103, 108, 143
Prestação de Contas 15, 16, 17, 19, 26, 31, 38, 106, 107, 127, 132
Público 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 16, 18, 21, 22, 24, 26, 27, 29, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49,
50, 51, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 73, 82, 85, 87, 90, 92, 100, 102, 105, 106, 107, 108,
109, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141

R

Recursos 2, 3, 4, 6, 7, 8, 18, 19, 28, 29, 31, 32, 35, 39, 40, 42, 45, 46, 52, 53, 57, 63, 65, 72,
86, 89, 90, 91, 93, 107, 108, 125, 126, 127
Regulação 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69
Repasse 28, 30, 31, 32
Responsabilidade Fiscal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 40
Rio de Janeiro 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 41, 56, 58, 60, 68, 69, 81, 82, 102,
104, 109, 119, 122, 136, 137, 143
Rio Grande do Sul 70, 71, 72, 74, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 103, 109

S

Satisfação 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 70, 78, 79, 80, 81
Saúde 18, 20, 21, 22, 38, 45, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 85, 86, 89,
102, 132, 133
Sistemas de Informação 28, 141
Software 46, 47, 84, 85, 103
Stakeholders 24, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 81
SUS 56, 62, 63, 68, 133, 142

T

Tensão 60, 63, 66

Terceiro Setor 15, 17, 18, 19, 23, 24, 26, 27

Transferência 29, 32, 33, 35

Transparência 1, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 26, 32, 39, 40, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 127, 134, 138, 141, 142

U

União 8, 9, 13, 18, 19, 28, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 48, 49, 54, 55, 77, 81, 102, 108, 109, 123, 132, 138, 141, 142

 **Atena**
Editora

2 0 2 0